

O EXÉRCITO PORTUGUÊS NA TRANSIÇÃO DA MONARQUIA PARA A REPÚBLICA¹

Abílio Pires Lousada

A conjuntura verificada em Portugal ao longo do século XIX, e que conhece o seu epílogo com a implantação da República em 5 de Outubro de 1910, foi extraordinariamente complexa e instável, marcada politicamente por acontecimentos decisivos. Neste cenário, o Exército revelou-se o principal pólo de resistência às invasões francesas, foi actor charneira na implantação do Liberalismo, envolveu-se nas guerras civis Liberal e da Patuleia, esteve na génese da regeneração político-social do Portugal novecentista e foi «a ponta de lança» que materializou a opção africana do Estado, firmando a soberania portuguesa nas possessões africanas. Desta conjuntura, o Exército emerge, então, como Instituição de referência, preservando a coesão do seu corpo militar e a coerência das suas estruturas organizativas.

Nos primórdios do século XX, a hierarquia superior do Exército, mantendo obediência à Constituição e lealdade ao Chefe de Estado, acompanhou a degradação das instituições do País e repudiou veementemente o Regicídio, assistiu à política de “acalmção” régia, mas inquietou-se com o evoluir do fervor revolucionário que campeava na sociedade portuguesa através das sociedades secretas e, assim, não é de admirar que o confronto político entre os partidos que suportavam a Monarquia e o Partido Republicano Português, encontrasse no Exército uma Instituição alheada desse trânsito entre dois regimes e duas ideologias políticas, e que culminou nas ruas de Lisboa com uma agitação subversiva de cariz popular que mudou o Regime.

A República implantou-se e, com ela, jurou-se a Constituição de 1911. Da política republicana emerge, então, a nível interno, a necessidade de laicização do Estado, a liberalização e a alfabetização da sociedade e o desenvolvimento económico do País. Relativamente à política externa, consagra-se a defesa da individualidade portuguesa no contexto ibérico, define-se a manutenção da soberania das colónias africanas, releva-se a importância de preservar a aliança britânica e a vontade em credibilizar a República nos *fora* internacionais. Neste âmbito, o Exército, naturalmente, mantém as prerrogativas de braço armado da Nação e, nesse mesmo ano, reorganiza a sua estrutura militar em moldes republicanos. Competem-lhe, fundamentalmente, três missões: assegurar a soberania

¹ Tema de palestra proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa e publicado na Revista de História da Universidade Lusíada de Lisboa.

nacional; garantir a pacificação, a ordem e paz públicas nos territórios ultramarinos; apoiar a política externa do Estado.

Desta forma, quando deflagra a Grande Guerra de 1914-1918 e o poder político entende que a participação de Portugal no conflito mundial é estrategicamente importante, é principalmente sobre o Exército que recai o ónus de materializar os objectivos políticos superiormente definidos. Se, em África, os objectivos de preservação da integridade territorial eram vitais e as armas portuguesas combatiam há décadas as insurreições internas e as ingerências externas, a presença do Exército Português nos campos de batalha da Flandres teve uma motivação vincadamente política, que serviu para credibilizar junto das potências europeias o Regime Republicano, recentemente implantado. Dessa forma, quando o Diário do Governo enfatiza que ” pela primeira vez, há cem anos a esta parte, a Bandeira de Portugal flutuará, de novo, nos campos da batalha da Europa”², o Exército mostra a sua capacidade mobilizadora e organizativa, o que permite, em Tancos, o levantamento e o treino de um Corpo Expedicionário de 55 mil homens em tempo útil, e o seu envio para a Flandres, onde à custa de denodada bravura e enormes sacrifícios justificou que a Bandeira Portuguesa conhecesse a honra de desfilar vitoriosa em Londres e em Paris.

Analisemos o contexto.

1. A Reorganização do Exército na 2.ª Metade do Século XIX

Terminado o protagonismo intervencionista-revolucionário do Exército, a Regeneração fez regressar os soldados aos quartéis e os oficiais substituíram as esporas pelo verbo tribunício enquanto argumento político. Consequentemente, o Exército pôde “*reunir as condições para se pensar a si próprio, dentro e fora das instâncias do poder*”, perdendo, contudo, “*a exclusividade da decisão sobre os assuntos que lhe diziam directamente respeito*” (Monteiro, 2003).

A reorganização do Exército passou continuamente a estar na agenda política, sobressaindo, na segunda metade do século XIX, as de 1862/1863, 1869/1870, 1884 e 1899/1901.

A primeira, desencadeada por Bernardo Sá Nogueira, e que preconizava a «despartidarização» completa da Instituição e a sua subordinação ao poder político, preocupou-se em reformar a vida interna das unidades, ao nível operacional, instrução e administrativa, modernizar o equipamento e armamento, a caírem na obsolência em face dos

² Diário do Governo, nº 9, 1ª Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 17 de Janeiro de 1917.

avanços tecnológicos da época, sendo a Artilharia a principal beneficiada, e recuperou a organização territorial de 1849, diminuindo o número de divisões de 10 para 3 (Ribeiro, 2004)³.

Em 1869/1870, a reorganização militar enveredou por moldes prussianos, potência militar de referência, no que à organização, armamento, equipamento e instrução diz respeito. Os efectivos previstos variavam dos 30 000 homens em tempo de paz, aos 50 000 em período de guerra, ficando estipulado, pela primeira vez, “*o princípio da igualdade dos cidadãos perante o tributo de sangue*”, mantendo-se a obrigatoriedade e gratuidade do serviço militar (Lopes Alves, 2004)⁴. Contudo, a lei de Recrutamento permitia a remissão a dinheiro, que inviabilizava um serviço militar geral.

No entanto, datam de 1884 e de 1899-1901 as principais reorganizações militares que, com ajustes pontuais, caracterizaram o Exército do ocaso da Monarquia em Portugal.

Em 1884, ano de início da Conferência de Berlim, Fontes Pereira de Melo procedeu a uma ampla reformulação das forças terrestres do País. Assim, devido à necessidade de defesa face à Espanha e à satisfação de reivindicações castrenses, aumentou os efectivos em todas as armas, dos quadros e do número de unidades e fixou três escalões (Tropas Activas, 1ª Reserva, 2ª Reserva), em que “*era a mobilização das reservas que fazia o Exército passar do «pé de paz» para o «pé de guerra», compreendendo o exército activo – num total de 120 000 homens – não somente os que estavam a prestar o tempo normal de serviço mas também a primeira reserva*” (Coelho, 1988).

A reorganização tinha em mente um conceito de defesa metropolitano, assente no Porto, Península de Setúbal e, principalmente, Lisboa, que para sua defesa foi revitalizado o Campo Entrincheirado⁵, e a sustentação da suserania nos territórios coloniais, preconizando a organização de forças expedicionárias com destino a África.

³ Em 1868, as Divisões passaram a ser 5.

⁴ Refere Maria Carrilho que “*a grande fonte de receitas para a compra de armamento era a prática das remissões*” (1885), o mesmo acontecendo para financiar as campanhas nas colónias; a Taxa Militar era a quantia paga pelos cidadãos ao Estado que não cumprissem o serviço militar, fosse exclusão, incapacidade ou outros motivos. Este sistema de recrutamento “*(...) tinha como consequência que só serviam nas fileiras, como sorteados ou substituídos, os menos qualificados, na sua quase totalidade analfabetos, o que rebaixava o nível social do Exército e, consequentemente, o seu valor e mesmo a sua posição face à Nação (...)*” (Coelho, 1988).

⁵ O Campo Entrincheirado de Lisboa assumir-se-ia, com a Praça de Elvas e o forte de São João Baptista, na Terceira, fortificação de 1.ª classe. Compreendia “*as fortificações de Monsanto, os redutos do alto do Duque, Caxias e Monte Cintra, as baterias do Bom Sucesso e da Lage, a praça de São Julião da Barra, o reduto do Duque de Bragança*” e outras edificações existentes na área limítrofe. Em 1886 entrou em funcionamento o Campo de Instrução de Tancos, entendido como adequado para treino e manobras do Exército, por ser pouco acidentado, estar próximo de Lisboa, ser

Outra preocupação residia na modernização do armamento. Assim, a Enfield, arma padrão do Exército desde o decénio 1860, é transformada para o sistema Snider e adquirem-se armas de repetição Kropatschek. As primeiras passam a armar as unidades de recrutamento em África e os poderes locais afectos ao Poder Português, para onde seguem a moderna metralhadora Maxim e os obuses de montanha Krupp; a Kropatschek será até ao final do século a arma de excelência do Exército Metropolitano, armando as forças expedicionárias de pacificação, principalmente a Infantaria (Telo, 2004).

Em 1899, através do General Sebastião Teles, procedeu-se a nova reorganização, de molde a diminuir o número de unidades e quadros de oficiais em tempo de paz, mas com a ideia de otimizar a capacidade de mobilização em caso de necessidade⁶.

Este dispositivo permitia, com a mobilização da 1ª Reserva, obter um contingente de 124 458 militares (Telo, 2004), distribuído por 4 Divisões no continente e 2 Comandos nas ilhas atlânticas (Carvalho, 1993).

Dois anos depois, foram fixadas três «regiões militares» no continente (Norte, Centro e Sul), “*em cada uma das quais teriam quartel permanente duas Divisões do Exército, com sede, respectivamente, em Vila Real e Porto; Viseu e Coimbra; Lisboa e Évora*” (Carrilho, 1985, p. 106); foi ainda criada a Reserva Territorial, principalmente para defesa das localidades (Carvalho, 1993).

Porém, é bom referir que apesar das muitas e variadas tentativas de reorganização militar, a maioria, onde a de 1884 se manteve como normativa, teve vida efémera ou nem chegaram sequer a ser aplicadas (Vieira, 1996), fosse por falta de vontade política, incapacidade financeira ou fixação em aspectos de somenos importância, como os uniformes, as promoções e a designação dos postos. Na realidade, as reformas não reflectiam uma visão estratégica nacional nesse domínio, em detrimento da política sectorial do Partido que, em cada momento, exercia o Poder. Essa constatação é visível na organização territorial do País, onde facilmente se percebe que, ao contrário do acontecia com a de Beresford⁷, não se vislumbra uma grande coerência estratégica na disseminação das unidades, um esquema mais

servido por uma linha de caminho-de-ferro e se situar nas mediações da “*foz do Zêzere sobre o Tejo e à do Nabão sobre o Zêzere*” (Serrão, 1990).

⁶ Da redução de unidades resultaram: 31 Regimentos de Infantaria (36 do antecedente) e 4 Batalhões de Caçadores; 8 Regimentos de Cavalaria (10 do antecedente); ao invés, a Artilharia passou de 3 para 4 Regimentos de Campanha, constituiu-se um Grupo de Montanha, 2 Regimentos de Fortaleza, 1 Grupo a Cavalos e o reforço da Engenharia (Telo, 2004).

⁷ Em 1816, com Beresford, o aquartelamento permanente da tropa dava os primeiros passos, pelo que a escolha das instalações e localidades se regeu, sobretudo, pela necessidade de defesa territorial do País; no final do século XIX, a prática decorria, em grande medida, do aproveitamento das instalações deixadas livres pelas Ordens Religiosas, depois da sua extinção em 1834.

em “*função da existência de quartéis e das conveniências da política local*” (Martins, 1945). Acresce que “*a dispersão das Forças Armadas era um recurso político do Governo, que, na falta de um corpo de polícia rural, satisfazia as necessidades de segurança das populações pondo-lhes um quartel por perto*”, tendo o Exército, em 1910, disseminadas 114 unidades no País (Ramos, 1994).

Paralelamente, as premissas resultantes da Conferência de Berlim originaram a criação do Exército Colonial, em 1895. De facto, até essa altura, o dispositivo militar no Ultramar era constituído, fundamentalmente, por tropas disciplinares e auxiliares indígenas, enquadrados por um reduzido número de oficiais metropolitanos, insuficiente e deficientemente armado e equipado, o que dificultava a credibilidade da presença militar (Regalado, 2004)⁸.

Foi só a partir de 1891 que a política de subjugação africana se organizou, com a concentração de esforços em Moçambique, onde as rivalidades europeias e o poder dos «caciques» locais eram mais forte, seguindo-se, depois, Angola. Consequentemente, a partir de 1893 cada uma destas províncias passou a contar com 4 companhias de indígenas e 1 Batalhão de Artilharia europeia e, no ano seguinte, legislou-se “*a constituição de um exército colonial independente da metrópole, passando as tropas de Moçambique a constituir o Exército da África Oriental, como as de Angola constituiriam o Exército da África Ocidental*” (Martins 1945)⁹.

Em 1901, a organização e o serviço militar nas colónias foi regulado: criaram-se as comissões de serviço ordinárias para os oficiais que serviam no Ultramar; as Companhias de Guerra foram substituídas pelas de Indígenas de Infantaria, enquadradas por oficiais da metrópole, organizadas em pequenas unidades de linha individualizadas, cada qual com uma área de responsabilidade, para formar uma espécie de malha capaz de cobrir todo o território e tornar desnecessário o envio de forças expedicionárias; para melhor sustentar estes objectivos, criaram-se Companhias Mistas, à base de tropas de Infantaria e de Artilharia de montanha ou

⁸ O contingente militar das colónias, em 1887, tinha: em Cabo Verde 256 militares, 284 em S. Tomé e Príncipe, 650 na Guiné, 2791 em Angola, 2223 em Moçambique, 1790 na Índia e 1602 em Macau e Timor (Telo, 2004).

⁹ O ano de 1894 iniciou uma nova fase de actividade militar colonial portuguesa, com a campanha para submeter os Vátuas, em Moçambique, conduzindo a um conjunto de campanhas que, na maioria dos casos glorificou o País e aumentou a galeria dos heróis militares nacionais: Combate de Marracuene (1894); Acção de Chaimite (1895); Pacificação de Maputo (1896); Campanha de Namarrais (1896); Campanha de Gaza (1897); Campanha de Maconténe e Mapulanguéne (1897); Campanhas da Zambézia (1897); Campanha de Mataca (1899); Campanha do Barué (1902); Campanha de Bailundo (1902); Ocupação de Angoche (1910).

Em Angola destacaram-se as seguintes acções militares: Campanhas do Bailundo, Selles e Bimbe (1902); Cuanhama (1903); Campanha dos Cuamatos (1907); Campanha de Dembos (1907); Operações na Lunda (1910).

de guarnição, pelotões indígenas de Dragões e criaram-se unidades «brancas» das três armas, posicionadas em pontos sensíveis prontas a actuar em caso de necessidade (Martins, 1945).

2. O Exército no Início do século XX

Portanto, no final do século XIX Portugal apresentava dois tipos de exércitos, o Metropolitano e o Colonial, com objectivos estratégicos diferenciados, uma organização específica, um plano de actuação geográfico concreto e um «estatuto» individualizado. Assim, enquanto o Exército Colonial, pela frequência do seu envolvimento em campanha, que permaneceria até ao fim da Grande Guerra, ganhou um pendor operacional e mostrou ao País os novos heróis do Império, na Metrópole o Exército apresentava uma reputação incipiente, o espírito de casta não existia e o profissionalismo deixava muito a desejar. De facto, com uma hierarquia totalmente dependente e subserviente ao Ministério da Guerra, os oficiais «metropolitanos» pouco mais representavam que “*uma dispersa massa de funcionários públicos fardados*” (Ramos, 1994).

Por isso, a natureza institucional do Exército ganhou um pendor vincadamente colonial (Ferreira, 1992).

Em 1905, projectou-se o «Quadro Privativo do Ultramar», constituído por oficiais subalternos e capitães, cuja nomeação recaía, preferencialmente, no oferecimento individual e, sempre que os quantitativos eram insuficientes, na imposição de serviço (Carrilho, 1985). Porém, apesar do maior protagonismo operacional do Exército Colonial, a prática mostrou algumas contradições: o agudizar das campanhas em África obrigou, amiúde, ao reforço de forças expedicionárias da metrópole, retirando a autonomia pretendida pelo Exército Colonial; mais perto da corte e da sociedade, os oficiais do Exército Metropolitano ganharam um maior pendor político (Ferreira, 1992, e Carrilho, 1985).

Revivia-se a dicotomia castrense dos oficiais de espada e de capa.

O resultado desta situação foi o mal-estar de caserna, agravado por outras disparidades estatutárias ou tácitas, pois além da diferenciação entre o oficial colonial e o metropolitano, havia o oficial da Escola do Exército e o da Escola Central de Sargentos, a quem foi vedado o acesso aos postos elevados da hierarquia, o militar combatente (Infantaria, Cavalaria, Artilharia e de Estado-Maior) e o não combatente (Administração Militar, Médicos, veterinários e farmacêuticos militares), o militar cação e o culto (Carrilho, 1985). Estas contradições produziram efeitos quando a Monarquia, agonizante, precisou de recorrer ao seu braço armado para se sustentar, ficando vincado que o facto de o Exército estar subordinado ao poder político não significava que estava disposto a acorrer em sua defesa (Ferreira, 1992).

Esta situação é visível a seguir ao Regicídio, pois com o assassinato de Dom Carlos perdeu-se o laço de fidelidade-lealdade entre a realeza e o Exército, com a Instituição a manifestar indiferença pela vida pública e “*um renovado ódio aos políticos*” (Valente, 1974).

Entretanto, depois do período de estabilidade política permitido pela Regeneração, sobreveio a «tempestade», decorrente da crise económica da década de setenta, da partilha de África na de oitenta e o *Ultimatum*, em 1890.

Desta conjuntura beneficiaram os republicanos. Existente desde a vitória do liberalismo (1834), o republicanismo ganhou expressão com a proclamação da República em Espanha, em 1868, e a sua instauração em França, em 1870, fortalecido com a consciência doutrinária e política de uma geração de universitários (Saraiva, 1998). Sem um projecto político consistente, movidos por ideais patrióticos e um ódio ao Trono e ao Altar, os republicanos agarraram-se às «bandeiras» que a Conferência de Berlim e o *Ultimatum* permitiram, acusando o Regime Monárquico, no primeiro caso, de não ser capaz de fazer valer os direitos nacionais em África e, no segundo, de ser subserviente dos interesses britânicos.

É neste contexto que os republicanos politizam os sargentos¹⁰ que, descontentes com a preterição nas promoções face aos oficiais¹¹, se insurgiram no Porto, em 31 de Janeiro de 1891. A insurreição armada iniciou-se no Campo de Santo Ovídio e contou com a participação do Regimento de Infantaria 10, Regimento de Caçadores 9, Guarda-fiscal e um destacamento do Regimento de Cavalaria 6, sendo o contingente chefiado pelo capitão Amaral Leitão, do Regimento de Infantaria 10, e pelo alferes Costa Malheiro, do Batalhão de Caçadores 9 (Martins, 1926). Daí avançaram para os Paços do Concelho, onde proclamaram a abolição da Monarquia e deram «vivas» à República (Martins, 1926). Depois, a tropa rumou em direcção à Praça da Batalha pela rua de Santo António, em perfeita confiança e desordem, engalanados pela população, onde foi recebida pelo fogo da Guarda Municipal, que a esperava, terminando a «aventura» num banho de sangue (Calamote, 1993).

A repressão agudizou a situação e deu aos republicanos os primeiros mártires (Lousada, 2007). Percebendo que o Exército era a única instituição monárquica credível e com capacidade de influenciar a conjuntura, os republicanos procuraram, então, aproveitar a erosão do sistema político, o evidente mal-estar entre o Exército Metropolitano e o Colonial e os atritos entre os oficiais e os sargentos (Caeiro, 1997). Ou seja, procuraram republicanizar a família militar. Porém, o hermetismo corporativo dos oficiais do Exército e os acontecimentos

¹⁰ Nessa época, os sargentos eram considerados praças de pré, situação que pretendiam inverter e que só aconteceria com a reorganização de 1937, já no Regime do Estado novo (Calamote, 1993).

¹¹ O descontentamento agudizou-se quando foram promovidos três aspirantes ao posto de alferes quando a lei prescrevia que uma das vagas se destinava a um sargento.

do Porto orientaram os esforços de «sedução» para os sargentos do Exército e para a Marinha, onde a hostilidade ao regime era uma realidade (Dias, 1912). De acordo com Machado Santos, os oficiais da Marinha eram todos republicanos (Santos, 1911), o que, a 5 de Outubro, faria toda a diferença, pois os republicanos tinham ao seu dispor cerca de 5 000 marinheiros, além de 281 bocas-de-fogo de artilharia (Ramos, 1994).

A partir de 1906, quando os republicanos pretendiam explicitamente substituir-se à Monarquia como poder, as simpatias sociais dos dois campos eram conhecidas: no monárquico sobressaíam a hierarquia administrativa, o clero, os proprietários, os oficiais de casta do Exército, a gente das províncias e a alta burguesia das cidades; no republicano, elites intelectuais, jornalistas, estudantes, sargentos, elementos da Marinha, pequenas classes médias urbanas e o operariado (Saraiva, 1998).

Mas, os republicanos contavam também com a característica insidiosa da Maçonaria e da Carbonária. A Maçonaria era uma organização secreta cujos membros, figuras proeminentes da sociedade, se tratavam por irmãos e se reuniam em Lojas, onde se debatia, com o malhete na mão, filosófica e esotericamente os problemas da sociedade. O ideário republicano foi de tal forma sendo absorvido pela Maçonaria que, no início do século XX, existia uma ligação estreita, para não dizer quase fusão, entre o Grande Oriente Lusitano Unido e o Partido Republicano (Marques, 1995)¹². Quanto à Carbonária, também uma organização secreta, criada em Portugal no final do século XIX por elementos da Maçonaria, era menos elitista e mais operacional, os seus membros reuniam-se em Choças de revólver em punho e tratavam-se por primos, tornando-se no «braço agitador» dos republicanos.

Os acontecimentos precipitaram-se em 1 de Fevereiro de 1908, quando elementos da Carbonária assassinaram D. Carlos, ‘supostamente’ ao arrepio do Directório do Partido Republicano, que fez uma pausa nos trabalhos conspiratórios (Cardoso, 1992).

Entretanto, carbonários infiltravam-se nos quartéis e unidades de Marinha seduzindo sargentos e praças, e davam provas da sua força e capacidade de mobilização, como aconteceu com o desfile de milhares dos seus membros em Lisboa (Grainha, 1912). Ao invés, o corpo de oficiais do Exército¹³ permanecia indiferente, centrado no seu *status* institucional e abominando a degradação partidária do País (Valente, 1974). Isto significava que a hierarquia do Exército nem se converteu aos republicanos, com quem não se identificava, nem estava

¹² A influência da Maçonaria era de tal ordem que depois de implantada a República cerca de 50% dos membros do Governo Provisório eram maçons, tal como acontecia nas Câmaras Parlamentares, situação que manteve até 1926 (Marques, 1995).

¹³ Apesar de haver alguns oficiais subalternos e cadetes da Escola do Exército que eram republicanos (Carrilho, 1985).

disposto a lutar pela defesa de um regime político-partidário decrépito, limitando-se a acompanhar o desenrolar da situação. Tanto que D. Manuel não alcançou com os oficiais os laços de fidelidade que existiram com Dom Carlos (Martins, 1926), que considerava os oficiais como seus camaradas, apesar de acreditar na solidez do braço armado do Estado para debelar eventuais sublevações populares (Carrilho, 1985).

Erradamente, como comprovaram os acontecimentos.

Em boa verdade, o 5 de Outubro foi possível devido ao falhanço do «movimento africanista», em finais do século XIX. Este «movimento», de que fizeram parte militares da estirpe de Mouzinho de Albuquerque, Aires de Ornelas, Alves Roçadas, Caldas Xavier, Pereira d'Eça, Paiva Couceiro, Gomes da Costa, Martins de Lima, Van Zeller e Pinheiro Chagas, propuseram a D. Carlos uma reforma do Regime, mediante a fórmula de um Governo Militar afastado dos partidos políticos e tutelado pelo Rei, ainda que de forma transitória. Este, no entanto, recebeu a proposta, apostando mais tarde no modelo franquista¹⁴.

Depois do regicídio, D. Manuel não só ignorou o projecto político dos africanistas, ostracizando-os, como afrontou os franquistas, situação que originou o corte na «dupla» Monarquia-Exército¹⁵. Não obstante, o Monarca chegou a convencer-se do contrário quando, após assistir a manobras militares no Buçaco, comemorativas do centenário da batalha, em 27 de Setembro de 1910, proclamou: - “*«hoje conquistei o Exército»*” (Santos, 1990). Na verdade, o Rei tornara-se ambíguo, perdeu a estima da direita conservadora e não obteve a consideração da esquerda anti-monárquica (Ramos, 1994), constatação que se tornou óbvia com a nomeação do Liberal Teixeira de Sousa para a chefia do Governo. Lisboa vivia, portanto, mergulhada num ambiente diário de conspiração política e de anarquia social. De tal forma que, após o verão de 1910, ocorriam, por um lado, insistentes rumores de um golpe de estado conservador, enquanto, por outro se previa a possibilidade de uma revolução republicana. Por isso, “*no princípio do Outono (...) apesar de continuarem a falar de um golpe, os militares conservadores hesitavam em defender uma monarquia que preferia rodear-se dos seus inimigos*” (Ramos, 1994).

¹⁴ Relativamente à proposta de um governo militar feita pelos «africanistas» a Dom Carlos ver: Ramos, 2006.

¹⁵ Daí a passividade do corpo de oficiais quando eclodiu a insurreição republicana. De tal forma que muitos deles se deixaram prender, sem resistência, nas unidades e em casa, quando os carbonários, sargentos e cabos actuaram em 5 de Outubro.

3. A Subversão Armada de 5 de Outubro de 1910

Foi nesta conjuntura que, na noite de 3 para 4 de Outubro de 1910, eclodiu a subversão armada que abateu a Monarquia em Portugal.

Os mentores da Insurreição foram o Doutor Miguel Bombarda, membro do Directório do Partido Republicano, o Almirante Cândido dos Reis, o General Encarnação Ribeiro e o Comissário Naval Machado Santos, todos eles eram «obreiros» da Maçonaria. À sua volta, congregaram um conjunto de militares da Marinha e do Exército, a maioria quadros intermédios, sargentos e praças, e uma base alargada de carbonários, que incluía muitos dos militares envolvidos.

A actuação arreigada de Machado Santos na Rotunda, sustentada num «ambiente» de confronto anárquico que contou com a acção do Quartel de Marinheiros de Alcântara, o regimento de Infantaria 16 de Campo de Ourique, e o Regimento de Artilharia de Campolide e os vasos de guerra fundeados no Tejo (Adamastor, São Rafael e D. Carlos), venceu a ténue reacção das forças governamentais, restringida à actuação desconexa da 1ª Divisão (Lisboa), comandada pelo General Rafael Gorjão, e a alguns oficiais monárquicos indefectíveis, como Paiva Couceiro (Lousada, 2007). A Monarquia caiu porque não teve quem a defendesse, pois nem a Guarda Real dignificou a função, conforme lástima do chefe de governo Teixeira de Sousa, acusando os oficiais de ignorarem os juramentos de fidelidade à Monarquia (Sousa, 1912). Acresce que o Regime tinha um plano contra-revolucionário que não previa forças militares do lado da subversão.

Mas, a verdade é que podemos afirmar que as Forças Armadas não participaram nos acontecimentos de 5 de Outubro enquanto instituição nacional, o que equivale a dizer que a estrutura superior da Marinha e do Exército não foram protagonistas. A República implantou-se por telégrafo e o republicanismo ortodoxo falhou por completo, triunfando o republicanismo carbonário.

Enfatizamos a inacção do corpo de oficiais do Exército face à conjuntura, razões centradas na descrença no Governo do Reino, repúdio face às lutas político-partidárias entre monárquicos e entre monárquicos e republicanos, os focos de tensão corporativos, originados pela coexistência de dois Exércitos (Metropolitano e Ultramarino), dois tipos de oficiais (da Escola de Guerra e da Escola Central de Sargentos), e o projecto ignorado dos «africanistas», um projecto que D. Carlos não assumiu e D. Manuel II repudiou¹⁶.

¹⁶ O projecto de governo militar afastado dos partidos vingaria anos mais tarde, após o triunfo da Revolta Militar de 28 de Maio de 1926.

4. O Exército Republicano

As Forças Armadas não fizeram o 5 de Outubro mas o golpe de estado foi-lhes imputado pelo regime saído da Rotunda, o que não deixa de ser interessante. De facto, *“para a República era importante eliminar, tanto quanto possível, a participação popular e carbonária dos acontecimentos, comprometendo a componente militar”*, dando à edificação na nova ordem interna um cariz institucional (Afonso, 2008). Situação que as Forças Armadas assumem justificando o apelo de Teófilo Braga a partir da Ilustração Portuguesa logo a 5 de Outubro: *“o Governo Provisório da República saúda as forças de terra e mar que com o povo instituíram a República para felicidade da Pátria”* (cit. Afonso, 2008). E, assim, a “confirmação solene” das adesões dos oficiais à nova conjuntura marca pontos, reduzindo os saneamentos, considerados contraproducentes, a números mínimos¹⁷.

Após a implantação da República, assistiu-se a profundas transformações nas suas leis e regulamentos, de que destacamos as militares, sendo o Coronel Correia Barreto, Ministro da Guerra, o principal impulsionador. De facto, *“num ambiente de indisciplina generalizada nos quartéis e de desconfiança em relação a um Estado-Maior guarnecido por um número reduzido de oficiais republicanos, o Governo Provisório (...) resolve lançar (...) um debate sobre os princípios orientadores da urgente reorganização militar”* (Vieira, 1996).

Para o Governo, o Exército, que devia passar de permanente a miliciano, era *“(...) uma instituição liquidada. Falseada como era completamente a sua missão, desde longos anos, nula tinha sido a sua preparação para a guerra”*; por isso, preconizava que a *“redução do serviço activo (...), desenvolvimento e aperfeiçoamento à organização de reservas, nas quais todos depositavam as suas melhores esperanças, vista a impossibilidade de conseguir reunir, só com tropas de primeira linha, os enormes efectivos que hoje são indispensáveis ao grande sorvedouro da guerra”*¹⁸. O novo Exército deveria ser verdadeiramente nacional, sem privilégios de castas e com o espírito militar implantado desde as cidades até às aldeias pois, segundo os legisladores, *“o país sustentava um pseudo-exército permanente, que a monarquia supunha erroneamente ser a sua guarda pretoriana (...). Teria o falido regime monárquico (...) evitado enveredar afoitamente para o caminho da nação armada, por ver nela um perigo para a sua integridade (...)”*¹⁹.

¹⁷ O 5 de Outubro não implicou uma alteração significativa na hierarquia militar e só foram demitidos 50 oficiais (30 a pedido dos próprios), mantendo-se a passagem a situações de reserva ao nível dos anos anteriores.

¹⁸ Prefácio da Ordem do Exército Nº 5, de 6 de Março de 1911.

¹⁹ Prefácio da Ordem do Exército Nº 11, de 25 de Maio de 1911.

Portanto, à maneira Suíça, procurou substituir-se o Exército semi-profissional da Monarquia pelo conceito de «Nação em Armas», onde todos os cidadãos deviam passar pelas fileiras, enquadrados por oficiais milicianos e um núcleo profissional reduzido ao mínimo, a quem cabia o papel de instrutor-educador do cidadão-soldado. Esta concepção pretendia formar ideologicamente os cidadãos que recebiam a instrução militar, republicanizar os quartéis e retirar aos oficiais do quadro a «propriedade» do Exército que, por não terem dado um apoio explícito à «revolução», passaram a estar sob suspeita e debaixo de uma vigilância apertada. Efectivamente, “(...) *irrompeu uma vaga de fundo de soldados, sargentos e civis contra os oficiais, dentro e fora dos quartéis, afectando profundamente a disciplina militar, grupos de vigilância integrados por carbonários, além dos designados por formiga branca do Partido Republicano, (...) empenhados em dar informações e efectuar denúncias de oficiais provocadores da sua instabilidade, mal-estar e indignação*” (Bessa, 1997).

A ambiguidade do programa republicano chocou, assim, com as pedras basilares do Exército – lealdade, hierarquia, disciplina –, que acicatou o conservadorismo de grande parte dos oficiais (Matos, 2004).

O Decreto de 25 de Maio de 1911, fundamentou, ainda, as bases do Exército Metropolitano, que se dividia em três escalões: Tropas Activas, de Reserva e Territoriais. As Tropas Activas constituíam o exército de campanha e guarneciam em permanência os pontos fortificados, nelas servindo os homens dos 20 aos 30 anos. As Tropas de Reserva destinavam-se a reforçar as Tropas Activas e a exercer tarefas de serviços, nelas constando os homens dos 31 aos 40 anos. As Tropas Territoriais eram a reserva territorial, destinavam-se a defender as localidades, efectuar trabalhos de fortificação e outras funções não operacionais, enformando os homens dos 41 aos 45 anos.

Assim, Portugal incorporava anualmente um contingente de 30 000 homens, contando ainda com 11 600 militares permanentes; em períodos de guerra o efectivo subia para cerca de 300 000, não contando com as Tropas Territoriais (Carrilho, 1985).

Num modelo que perdurou até 1926, as Tropas Activas compreendiam 8 Divisões, uma Brigada de Cavalaria e Unidades não endivisionadas (Guarnição das ilhas, Artilharia, Engenharia, Serviço de Saúde). Cada uma das Divisões comportava o Quarte-general, quatro Regimentos de Infantaria, um Regimento de Cavalaria, um Regimento de Artilharia e um

Grupo de Baterias de Metralhadoras²⁰. A 1.^a Divisão era a mais importante, tinha sede em Lisboa e englobava os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal²¹.

Relativamente ao Exército Colonial, procurou-se materializar a intenção constante das reformas militares da Monarquia, a sua independência relativamente ao Exército Metropolitano, através do recrutamento localizado e de «levas» de oficiais, a maioria milicianos, feitos numa base de voluntariado, de forma a restringir os corpos expedicionários enviados a partir do Exército Metropolitano (Matos, 2004).

Um outro dado merece atenção, pelas implicações futuras que teve no relacionamento «hostil» entre a República e o Exército: a criação da GNR, das «cinzas» das Guardas Municipais de Lisboa e Porto, a 14 de Maio de 1911. O objectivo consistia em libertar o Exército das suas atribuições de garantia da ordem pública nos meios rurais (Santos, 1999, pp. 185-189). Contudo, rapidamente se tornou na «guarda pretoriana» do regime, pois o Governo tratou de assegurar, desde o princípio, a sua lealdade: não integrou muitos dos elementos da ex-Guarda Municipal, tidos como demasiado realistas; recrutou civis e um elevado número de praças do Exército, alguns deles promovidos a sargentos; sargentos do Exército, muitos dos quais foram promovidos a oficiais. O critério de recrutamento era, basicamente, o seu republicanismo, que inquietou os oficiais do Exército, que passaram a ver a GNR com desconfiança (Matos, 2004).

A Grande Guerra «deitou por terra» o quadro legislativo reestruturante do Exército da República pensado pela República burguesa do Partido democrático. Portugal, no secundário e marginal teatro africano, esteve em guerra com a Alemanha, desde 1914, com o desencadear dos ataques no Sul de Angola, a partir do Sudeste africano, e no Norte de Moçambique, através da base do Tanganhica. O consenso generalizado sobre a necessidade de manter a soberania portuguesa levaram à mobilização imediata de tropas para África que, em Angola, se orientaram para a ocupação do território a Sul do rio Cunene, inserto no projecto germânico de fundação de «Angola Bund» e de unificação do Sudoeste Africano (Cann, 2003), enquanto em Moçambique os objectivos eram, fundamentalmente, a reocupação de Quionga, território português ocupado pelos alemães desde o final do século XIX, a passagem do rio Rovuma e a ocupação de uma parcela Sul do território da colónia alemã (Cann, 2002).

²⁰ Ordem do Exército Nº 11, de 16 de Maio de 1911.

²¹ A 2.^a Divisão, situada em Viseu, incluía este distrito e o da Guarda; a 3.^a Divisão, no Porto, coincidindo unicamente com este distrito; a 4.^a Divisão, em Évora, da qual faziam parte os distritos de Beja e de Faro; a 5.^a Divisão, em Coimbra e englobava este distrito e o de Aveiro; a 6.^a Divisão, em Vila Real, compreendendo ainda o distrito de Bragança; a 7.^a Divisão, em Tomar, incluindo os distritos de Leiria, Castelo Branco e Portalegre; a 8.^a Divisão, em Braga, num distrito a que se juntava o de Viana do Castelo (Matos, 2004).

Mas, a campanha africana fez perceber a necessidade de aumentar o número de soldados e de oficiais profissionais para a sua defesa; conseqüentemente, recorreu-se ao método usual de preparação e envio de forças expedicionárias metropolitanas²². O ambiente em que ocorreu a formação dos corpos expedicionários com destino às colónias, mal preparadas, inadequadas para o combate num clima tropical, deficientemente armadas e equipadas, foi de desagrado entre os militares (Ferreira, 1992).

Mais problemática foi a decisão de enviar tropas para teatro europeu. Por isso, não deixa de ser *sui generis* que a Estratégia Nacional da 1ª República esteja praticamente consignada nos objectivos aduzidos pelo Partido Democrático²³ para fazer de Portugal um beligerante na Grande Guerra. Nesse propósito estava contida a necessidade de garantir a soberania das colónias africanas, que a vitória aliada na frente europeia justificaria, a preocupação de manter afastado o perigo espanhol, a procura de legitimação internacional do regime saído do 5 de Outubro, a manutenção da aliança com a Inglaterra, a consolidação interna do regime e a solvência financeira e o desenvolvimento económico do País (Teixeira, 1996, e Fraga, 1999). Seja como for, a participação na guerra na Flandres inviabilizou o pensado Exército Miliciano, obrigando o Governo a aumentar consideravelmente o quadro de oficiais permanentes (Carrilho, 1985, p. 216). Foram enviadas duas forças expedicionárias, O Corpo Expedicionário Português (CEP) e o Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI): o CEP teve a sua base organizativa na Divisão de Instrução Reforçada, efectuando-se a sua preparação no Polígono de Tancos, entre Fevereiro e Agosto de 1916²⁴, posteriormente elevada a Corpo de Exército, a duas Divisões; o CAPI foi organizado com tropas de artilharia do Campo Entrincheirado de Lisboa, compreendendo 10 Baterias (Martins, 1945).

Só que a guerra não correu de feição às Armas Portuguesas, principalmente no teatro europeu. Aqui, o desastre foi uma realidade, por várias razões: a preparação em Tancos foi desadequada, porque se apostou nas marchas forçadas para a Infantaria, extenuantes exercícios de Cavalaria e na preparação de tiro com armas jamais utilizadas na Flandres, onde prevaleceram a guerra estática e a utilização de armamento, equipamento e fardamento ingleses; no terreno, o contingente foi treinado e adaptado ao cenário de guerra pelos ingleses,

²² O esforço de guerra, no seu todo, foi efectuado por cerca de 1 500 oficiais, 32 000 sargentos e soldados metropolitanos e 19 000 elementos indígenas (Fraga, 1999).

²³ Em 1911, as lutas políticas cindiram o Partido Republicano Português em três: Partido Democrático, Partido Unionista e Partido Evolucionista.

²⁴ A rapidez da organização e da preparação do CEP (Fevereiro-Agosto de 1916) e o desfile militar na Parada de Montalvo esteve na origem daquilo que alguns designaram «O Milagre de Tancos»; a forma como a preparação foi feita e as repercussões operacionais que teve nas trincheiras levou outros a falar no início de uma grande desgraça.

de forma que só em Novembro de 1917 é que o comandante do CEP assumiu inteiramente a responsabilidade do sector atribuído; a alimentação também não ajudou, dificultando a adaptação do expedicionário português que, privado das «iguarias» lusas teve de se conformar com as inglesas; a maior dificuldade residia nas deficiências existentes ao nível da substituição das tropas, o *roulement*, devido à insuficiência e deficiência dos meios de transporte marítimos portugueses e à subida ao poder de Sidónio Pais, em Dezembro de 1917, que entravou o empenhamento de Portugal na guerra²⁵.

Em suma, a organização, preparação e treino do Corpo Expedicionário foram efectuados de acordo com as vicissitudes portuguesas e a guerra em conformidade com o enquadramento britânico e as exigências das trincheiras.

Consequentemente, a indisciplina (insubordinações, revoltas, deserções, automutilações) grassaram nos soldados do CEP e, com isto, as baixas. Assim, jamais o CEP esteve alguma vez no pleno das suas capacidades, pois dos 55 mil homens enviados chegaram a estar perto de 20 mil incapacitados. A somar a tudo isto, acrescente-se a escassez das licenças gozadas na retaguarda e o fraco exemplo e incipiente empenhamento dos oficiais na linha da frente, instalando-se nos soldados um sentimento de abandono. O culminar de toda esta situação foi o desastre de La Lys, resultante da ofensiva alemã da madrugada de 9 de Abril de 1918, que incidiu no sector português, no dia em que estava previsto iniciar-se o seu processo de rendição por um contingente inglês²⁶.

5. Fim

No final do conflito, o País herdou um Exército desmoralizado e quantitativamente desproporcionado: o corpo de oficiais cresceu dos 3400 de 1914 para os 4900 de 1918 e os oficiais milicianos passaram de 300 para 3000, sem contar com milhares de soldados e sargentos (Matos, 2004, p. 139). O resultado foi o aumento das tensões entre a classe política e o corpo de oficiais, com aquela a culpar este pelo fraco desempenho no conflito, por contraponto ao do soldado²⁷, e com os oficiais, revoltados pela obrigação de participarem numa guerra alheia, a mando de um regime com que não se identificavam, a culparem os políticos pelas derrotas e humilhações sofridas. Por isso, o General Gomes da Costa escreveu

²⁵ Sobre a conduta na Guerra ver Teixeira, 1998, p. 62-68; sobre a vivência das tropas ver Marques, 1998, p. 72-87.

²⁶ As baixas na guerra, entre mortos, feridos/estropiados e prisioneiros, foram superiores a 22.000 nos dois teatros de operações (7.989 mortos); na Flandres as baixas atingiram uma cifra perto dos 15.000 (2.287 mortos), e em África à volta dos 7.500 (5620 mortos), 3/4 dos quais em Moçambique (Martins, 1935).

²⁷ Visível no culto ao Soldado Desconhecido e na glorificação de heróis como o Soldado Milhões.

“se não obteríamos resultados superiores limitando a nossa acção militar ao Ultramar, batendo os alemães nas duas costas de África, o que era relativamente fácil e, apoderando-nos das nossas colónias, concluída a guerra, liquidaríamos a nossa situação financeira e colonial” (Costa, 1920).

Os próprios oficiais milicianos, fosse por receio de tumultos em caso de licenciamento ou por opção política de contraponto aos profissionais, foram incorporados no quadro, originando problemas corporativistas (Pinto, 2000).

Assim, *“o exército não foi transformado pela República, mas pela Guerra”* (Ramos, 1994).

Desta forma, a partir de 1919, a República entrou numa nova fase, a do ocaso. Em definitivo, o Regime Republicano, depois das agruras da Grande Guerra, do Golpe de Estado do Major Sidónio Pais²⁸ e da necessidade de combater a Monarquia do Norte²⁹, deixou de confiar no Exército para a sua defesa (Ferreira, 1992). É neste contexto que, entre 1919 e 1922, a República substitui o Exército pela GNR como força do regime.

De tal forma que os efectivos da GNR foram substancialmente aumentados, passando dos 4 575, verificados em 1918, para 14 341, em 1921, com igual proporcionalidade ao nível dos oficiais, que subiu de 142 para 427, na sua maioria milicianos, que tinham um salário superior ao dos oficiais do Exército (Matos, 2004). Este aumento de efectivos apoiou-se, em larga medida, na transferência de oficiais e sargentos, inequivocamente republicanos, do exército para a GNR. A corporação foi dotada com unidades do RA 3 (3 baterias de Artilharia de Campanha) e 1 Batalhão de Metralhadoras Pesadas (Caeiro, 1997).

Face à perigosa tensão social que o pós-guerra criou, o Regime entendeu apoiar-se na força paramilitar para garantir a ordem pública e anular previsíveis revoltas e insurreições, armadas ou não. O poder e influência política da GNR foram tais que permitiram que um seu Chefe de Estado-Maior, o Tenente-coronel Liberato Pinto, assumisse a chefia de um Governo, em 1920. Dessa forma, como escreveu Freire Antunes, *“a Lisboa política curva-se no Carmo”* (1978).

Porém, ao tornar-se num «Estado» dentro do Estado, a GNR passou a fazer parte do problema republicano, pela ingerência excessiva nos assuntos políticos, pelo carácter arbitrárias e brutais repressões efectuadas e por ter entrado em «rota de colisão» com as

²⁸ Sidónio Pais efectuou uma revolta militar apoiada por subalternos e Cadetes, em 5 de Dezembro de 1917, instaurando um regime presidencialista que durou até ao seu assassinio, em 14 de Dezembro de 1918.

²⁹ Paiva Couceiro efectuou uma revolta monárquica no Porto e em Lisboa, em Janeiro de 1919, que foi sufocada.

Exército. O seu poder cessou com a impotência e a complacência demonstrados na Noite Sangrenta de 19-20 de Outubro de 1921 (Santos, 1999).

Neste espaço de três anos, o Exército preocupou-se em resolver os problemas que o afectavam, como as novas orientações para a política de defesa, as questões orçamentais e remuneratórias, o excessivo número de milicianos, a disciplina interna e a coesão institucional.

A partir da Noite Sangrenta, o Estado procede ao esvaziamento do peso militar e institucional da GNR, sobretudo após a vitória do Partido Democrático nas eleições de Janeiro de 1922³⁰, e a Nação, no meio da anarquia reinante, onde os atentados bombistas são uma constante e os pronunciamentos recorrentes, olha o Exército como a «reserva moral».

O 28 de Maio de 1926 daria razão a estes prognósticos.

Bibliografia

- AFONSO, Aniceto (2008) – *Grande Guerra. Angola, Moçambique e Flandres. 1914-1918*. Porto: QuidNovi.
- ALVES, José Lopes (2004) – “Evocação Reflexiva da Contribuição dos Militares na Regeneração (1851-1910)”. In *Revista Militar*. Lisboa: nº 2434, Novembro.
- ANTUNES, José Freire (1978) – *A Desgraça da República na Ponta das Baionetas. As Forças Armadas do 28 de Maio*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- BESSA, Carlos (1997) – “O esforço da Formação de Oficiais em Portugal na Grande Guerra de 1914-1918”. In *Separata das Actas do VIII Colóquio «Preparação e Formação Militar em Portugal»*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.
- BIRMINGHAM, David (1998) – *História de Portugal. Uma Perspectiva Mundial*. Lisboa: Terramar.
- CAEIRO, Joaquim Manuel Croca (1997) – *Os Militares no Poder. Uma Análise Histórico-Política do Liberalismo à Revisão Constitucional de 1959*. Lisboa: Hugin.
- CALAMOTE, Albertino da Silva (1993) – “Os sargentos na Revolta de 31 de Janeiro de 1891”. In *Revista Militar*, nº 8, Agosto.
- CANN, P. John (2003) – “Angola e a Grande Guerra”. In *Revista Militar*, Nº 2412, Janeiro.
- _____ (2003) – “Moçambique, África Oriental Alemã e a Grande Guerra”. In *Revista Militar*, Nº 2404, Maio.

³⁰ Através do Decreto de 13 de Março de 1922, a GNR deixa de ser “*um prolongamento do exército*” e fica sem artilharia e metralhadoras pesadas, que são transferidas para o Exército.

- CARDOSO, Pedro (1992) – “Evolução do Conceito Estratégico Nacional no Século XX”. In *Estratégia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, vol. IV.
- CARRILHO, Maria (1985) – *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX. Para uma Explicação Sociológica do Papel dos militares*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- CARVALHO, José Manuel dos Santos Dias de (1993) – *Síntese da Evolução Tática, Técnica e Organizativa do Exército Português de 1109 a 1993*. Lisboa: Direcção de Documentação e História Militar.
- COELHO, Adelino Matos (1988) – *A Reorganização do Exército de 1884: Obra de Fontes Pereira de Melo*. Lisboa: Separata da Revista Militar.
- COSTA, Gomes da (1920) – *O Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra. A Batalha do Lys*. Porto: Renascença Portuguesa.
- DIAS, Carlos Malheiro (1912) – *Do Desafio à Debandada, o Pesadêlo*. Lisboa: Livraria Clássica, Vol. I.
- FERREIRA, José Medeiros (1992) – *O Comportamento Político dos Militares. As Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*. Lisboa: Editorial Estampa.
- FRAGA, Luís Alves de (1999) – “Portugal e a Primeira Guerra Mundial”. In *Janus 99-2000*. Lisboa: Público/Universidade Autónoma de Lisboa, Setembro.
- GRAINHA, M. Borges (s/d), *História da Franco-Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Veja.
- LOUSADA, Abílio Pires (2007) – *O Exército e ruptura da Ordem Política em Portugal (1820-1974)*. Lisboa: Editora Prefácio.
- MALTEZ, José Adelino (2004) – *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI*. Lisboa: Tribuna, vol. I.
- MARQUES, A H. De Oliveira (1995) – *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 3.^a Edição.
- MARTINS, Ferreira (1945) – *História do Exército Português*. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada.
- _____ (1935) – *Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Ática.
- MARTINS, Rocha (1926) – *D. Carlos. História do seu Reinado*. Edição do Autor.
- MATOS, Luís salgado de (2004) – “A Orgânica das Forças Armadas Portuguesas”. In BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir), *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. 4.

- MONTEIRO, Isilda Braga da Costa (2003) – “O Parlamento e a Reorganização do Exército de 1863 – Sinais de Mudança”. In *XIII Colóquio de História Militar – Portugal Militar. Da Regeneração à Paz de Versalhes*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.
- PINTO, António Costa (2000) – “A Queda da Primeira República”. In TEIXEIRA, Nuno Severiano e PINTO, António Costa (Coord), *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa: Edições Colibri, Janeiro.
- RAMOS, Rui (2006) – *Dom Carlos*. Mem Martins: Círculo de Leitores, Junho-Julho.
- _____ (1994) – “A Segunda Fundação (1890-1926)”. In MATTOSO, José (dir), *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 6.º vol.
- REGALADO, Jaime Ferreira (2004) – *Cuamatos, 1907. Os Bravos de Mufilo no Sul de Angola*. Lisboa: Tribuna.
- RIBEIRO, António Silva (2004) – *Organização Superior de Defesa Nacional. Uma Visão Estratégica (1640-2002)*. Lisboa: Editora Prefácio.
- SANTOS, António Pedro Ribeiro dos (1990) – *A Imagem do Poder no Constitucionalismo Português*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- _____ (1999) – *O Estado e a Ordem Pública. As Instituições Militares Portuguesas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- SANTOS, Machado (1911) – *A Revolução Portuguesa, 1907-1910*. Lisboa: Papelaria e Typographia Liberty (Relatório).
- SARAIVA, José Hermano (1998) – *História Concisa de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 8.ª Edição.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1986) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, vol IX.
- SOUSA, Teixeira de (1912) – *Para a História da Revolução*. Coimbra: Livraria Editora Moura Marques e Paraísos.
- TELO, António José (2004) – “Tecnologia e Armamento2. In BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir), *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, vol. 3.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (1996) – *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.
- VALENTE, Vasco Pulido (1974) – *O Poder e o Povo. Revolução de 1910*. Lisboa: Dom Quixote.

- VIEIRA, Belchior (1996) – “A Constitucionalização e a Evolução da Conscrição em Portugal”. In *Revista Militar*. Lisboa. Junho-Julho.